



Prefeitura Municipal de Cachoeira Paulista

PREGÃO (PRESENCIAL) nº 043/2021
Edital nº 047/2021
Processo Administrativo Municipal nº 208/2021

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA SERVIÇOS DE EQUOTERAPIA PARA PACIENTES PORTADORES DO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA, DE FAIXA ETÁRIA ENTRE 03(TRÊS) A 07(SETE) ANOS PARA O MUNICÍPIO DE CACHOEIRA PAULISTA, CONFORME ESPEIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA.

O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS DESTA PREFEITURA MUNICIPAL tem como objetivo manter na entidade o registro de propostas vantajosas e, segundo sua conveniência, promover as contratações dos licitantes vencedores do pregão.

A entidade licitante, não se obriga a contratar dos licitantes vencedores, podendo realizar licitação específica para a compra ou contratação de um ou mais itens, hipóteses em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá sempre preferência.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: menor valor unitário do item.

DATA DA REALIZAÇÃO: Dia 04 de novembro de 2021.

HORÁRIO DE INÍCIO: 09h30min – horário de Brasília (início do credenciamento).

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO: Sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Cachoeira Paulista, localizada na Av. Coronel Domiciano, nº 92, Centro, Cachoeira Paulista/SP, CEP 12.630-000. A sessão será conduzida pelo(a) Pregoeiro(a), com o auxílio da Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº. 170/2021. Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos na sessão de processamento logo após o credenciamento das empresas interessadas, no setor de Protocolo desta municipalidade.

ESCLARECIMENTOS: Seção de Licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Cachoeira Paulista– localizada na Av. Coronel Domiciano, nº 92, Centro, Cachoeira Paulista/SP, CEP 12.360-000, e-mail: licitacoes@cachoeirapaulista.sp.gov.br, telefone: 12 3186-6022 / 12 3186-6010.

A Prefeitura Municipal de Cachoeira Paulista torna público que se acha aberta a licitação na modalidade PREGÃO (presencial), conforme estabelecido neste instrumento convocatório.

Este certame será regido pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se, subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e atualizações posteriores, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

As propostas deverão obedecer às especificações e exigências constantes deste instrumento convocatório.

Integram este Edital os anexos:

- I – Termo de Referência;
- II - Minuta de Ata de Registro;
- III - Modelo de Declaração de Habilitação;
- IV - Modelo de Declaração de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte;
- V - Modelo de Declaração de Situação Regular Perante o Ministério do Trabalho;



VI – Modelo de Proposta Comercial.

VII – Referências Bibliográficas do Projeto.

1- CONSIDERAÇÃO INICIAL

1.1- O objeto contratado em decorrência da presente licitação não poderá sofrer, nas mesmas condições, acréscimos ou supressões do valor inicial, nos termos do artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93 e atualizações posteriores.

1.2- A estimativa de consumo serve apenas como referência, e não vincula, em hipótese alguma, o consumo efetivo a ser realizado pela Contratante.

2- PARTICIPAÇÃO

2.1- Poderão participar deste pregão empresas interessadas do ramo de atividade pertinente ao objeto desta licitação que atenderem às exigências de habilitação.

2.2- Não será permitida a participação de empresas:

2.2.1- Estrangeiras que não funcionem no País;

2.2.2- Reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;

2.2.3- Que estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária para licitar e impedimento de contratar com a Administração nos termos do inciso III do artigo 87 da lei 8.666/93 e suas alterações posteriores;

2.2.4- Impedidas de licitar e contratar nos termos do art. 7º da Lei 10.520/02;

2.2.5- Declaradas inidôneas pelo Poder Público e não reabilitadas.

3- CREDENCIAMENTO

3.1- Por ocasião da fase de credenciamento dos licitantes, deverá ser apresentado o que se segue:

3.1.1- Quanto aos representantes:

a) Tratando-se de **Representante Legal** (sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado), instrumento constitutivo da empresa registrado na Junta Comercial, ou tratando-se de sociedade simples, o ato constitutivo registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

b) Tratando-se de **Procurador**, instrumento público de procuração ou instrumento particular com firma reconhecida do representante legal que o assina, do qual constem poderes específicos para formular ofertas e lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição, bem como praticar todos os demais atos pertinentes ao certame. No caso de instrumento particular, o procurador deverá apresentar instrumento constitutivo da empresana forma estipulada no subitem "a";

c) O representante (legal ou procurador) da empresa interessada deverá identificar-se exibindo documento oficial que contenha foto;

d) O licitante que não contar com **representante** presente na sessão ou, ainda que presente, não puder praticar atos em seu nome por conta da apresentação de documentação defeituosa, ficará impedido de participar da fase de lances verbais, de negociar preços, de declarar a intenção de interpor ou de renunciar ao direito de interpor recurso, ficando mantido, portanto, o preço apresentado na proposta escrita, que há de ser considerada para efeito de ordenação das propostas e apuração do menor preço.

e) Encerrada a fase de credenciamento pelo Pregoeiro, não serão admitidos credenciamentos de eventuais licitantes retardatários.



Prefeitura Municipal de Cachoeira Paulista

f) Será admitido apenas **1** (um) **representante** para cada licitante credenciado, sendo que cada um deles poderá representar apenas um licitante credenciado.

3.1.2- Quanto ao pleno atendimento aos requisitos de habilitação:

- **Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação** e inexistência de qualquer fato impeditivo à participação, que deverá ser feita de acordo com o modelo estabelecido no **Anexo III** deste Edital, e apresentada **FORA** dos Envelopes nº. 1 (Proposta) e nº. 2 (Habilitação);

3.1.3- Quanto às microempresas e empresas de pequeno porte:

- **Declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte** visando ao exercício da preferência prevista na Lei Complementar nº. 123/06, que deverá ser feita de acordo com o modelo estabelecido no **Anexo IV** deste Edital, e apresentada **FORA** dos Envelopes nº. 1 (Proposta) e nº. 2 (Habilitação).

4- FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1 - A Proposta e os Documentos de Habilitação deverão ser apresentados separadamente, em envelopes fechados e indevassáveis, contendo em sua parte externa os seguintes dizeres:

Envelope nº 1 – Proposta Comercial

Pregão Presencial nº. ____/2021

Denominação da empresa:

CNPJ:

Envelope nº 2 – Documentos de Habilitação

Pregão Presencial nº ____/2021

Denominação da empresa:

CNPJ:

5- PROPOSTA

5.1 - A **Proposta** deverá ser apresentada datilografada ou impressa, em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas, sem cotações alternativas, datada e assinada pelo representante legal do licitante ou pelo procurador.

5.2 - **Não serão admitidas, posteriormente, alegações de enganos, erros ou distrações na apresentação das propostas comerciais, como justificativas de quaisquer acréscimos ou solicitações de reembolsos e indenizações de qualquer natureza.**

5.3 - **Deverão estar consignados na proposta:**

5.3.1 - A razão social da proponente, endereço completo/CEP, telefone/fax, e-mail (se houver) e CNPJ do licitante;

5.3.2- Preço unitário por item, em algarismos, expressos em moeda corrente nacional, apurados à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária, incluindo, além do lucro, todas as despesas resultantes de encargos, impostos, taxas, tributos, frete e demais despesas diretas ou indiretas relacionadas com o integral fornecimento do objeto da presente licitação;

a) O preço ofertado é fixo e irrevogável e deverá ser apresentado **com precisão de duas casas decimais**;

b) Para os licitantes que fizerem lances será considerado o último valor ofertado.

5.3.3- Prazo de validade da proposta de, no mínimo, **60** (sessenta) **dias** corridos, contados a partir da data de abertura dos envelopes, podendo ser prorrogado por acordo das partes;



5.4 - Não será obrigatória apresentação de proposta para todos os itens, podendo o licitante apresentar proposta somente para o(s) item(ns) de seu interesse.

5.5 – A proposta deverá estar datada e assinada.

6 - DOCUMENTAÇÃO COMPLETA

6.1- No que se refere à **DOCUMENTAÇÃO COMPLETA**, os licitantes deverão apresentar:

6.1.1- HABILITAÇÃO JURÍDICA, conforme o caso:

- a)** Em se tratando de sociedades empresárias ou simples, o ato constitutivo, requerimento de empresário, estatuto ou Ata social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial ou no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, nos termos da lei e conforme o caso, e, ainda, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- b)** Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício.
- c)** Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir;
- d)** Os documentos descritos nos subitens acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva, conforme legislação em vigor.
- e)** Será dispensada da apresentação, no envelope de habilitação, dos documentos referidos no item 6.1.1, a, b e c, a empresa que já os houver apresentado no momento do credenciamento, previsto no **item 3** deste edital.

6.1.2- REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a)** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- b)** Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, relativo à sede ou ao domicílio da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame.
- c)** Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, mediante a apresentação de:
 - c1)** Certidão Conjunta Negativa de Débitos **ou** Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal, válida para o estabelecimento matriz e suas filiais, referente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrangendo inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.
 - c2)** Certidão de Regularidade Estadual.
 - c3)** Certidão de Regularidade Municipal Mobiliária.
- d)** Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio da apresentação do CRF - Certificado de Regularidade do FGTS;
- e)** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeitos de Negativa, em cumprimento à Lei nº 12.440/2011 e à Resolução Administrativa TST nº 1470/2011.
- f)** As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;
 - f.1)** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de **cinco dias úteis**, a contar da **sessão de abertura dos envelopes**, prorrogáveis por igual período, a critério desta Prefeitura Municipal, para a regularização da documentação, pagamento ou



parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

f.2) A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem f.1, implicará na **decadência do direito à contratação**, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, procedendo-se à convocação dos licitantes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório, nos termos do art. 4º, inciso XXIII, da Lei Federal nº 10.520/02.

6.1.3- QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Certidão negativa de falência, recuperação judicial e extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

a1) Nas hipóteses em que a certidão encaminhada for positiva, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/ deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor.

*SUMULA Nº 50 - Em procedimento licitatório, não pode a administração impedir a participação de empresas que estejam em recuperação judicial, das quais poderá ser exigida a apresentação, durante a fase de habilitação, Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor.

6.1.4- DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

a) Declaração do licitante, elaborada em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, de que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho. (Anexo V).

6.2- DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

6.2.1 - Os documentos poderão ser apresentados no original, por qualquer processo de cópia, autenticada por cartório competente, autenticada por servidor da administração, ou mesmo cópia simples, desde que acompanhada do original para que seja autenticada pelo Pregoeiro ou por um dos membros da Equipe de Apoio no ato de sua apresentação;

6.2.2 - Não serão aceitos **protocolos de entrega** ou **solicitação de documentos** em substituição aos documentos ora exigidos, inclusive no que se refere às certidões;

6.2.3 - Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, esta Prefeitura aceitará como válidas as expedidas até **90** (noventa) **dias** imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas;

6.2.4 - Se o licitante for a **matriz**, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a **filial**, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

6.2.5 - Se algum documento apresentar falha não sanável na sessão acarretará a **inabilitação** do licitante;

6.2.6 - O Pregoeiro ou a Equipe de apoio diligenciará efetuando consulta direta nos **sites** dos órgãos expedidores na Internet para verificar a veracidade de documentos obtidos por este meio eletrônico.

7- PROCEDIMENTO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

7.1- No horário e local indicados neste Edital será aberta a sessão pública, iniciando-se pela fase de credenciamento dos licitantes interessados em participar deste certame, ocasião em que serão apresentados os documentos indicados no **item 3.1**.

7.2- Encerrada a fase de credenciamento, os licitantes entregarão ao(a) Pregoeiro(a) os **envelopes nº 1 e nº 2**, contendo, cada qual, separadamente, a Proposta de Preços e a Documentação de Habilitação.



Prefeitura Municipal de Cachoeira Paulista

7.3- O julgamento será feito pelo critério de **menor preço unitário do item**, observadas as especificações técnicas e parâmetros mínimos de qualidade definidos neste Edital;

7.4- A análise das propostas pelo Pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo **desclassificadas** as propostas:

7.4.1- Cujo objeto não atenda às especificações, prazos e condições fixados neste Edital;

7.4.2- Que apresentem preço ou vantagem baseado exclusivamente em proposta ofertadas pelos demais licitantes;

7.4.3- Que contiverem cotação de objeto diverso daquele constante neste Edital.

7.5- Na hipótese de **desclassificação** de todas as propostas, o Pregoeiro dará por encerrado o certame, lavrando-se ata a respeito.

7.6- As propostas classificadas serão selecionadas para a **etapa de lances**, com observância dos seguintes critérios:

7.6.1- Seleção da proposta de menor preço e das demais com preços até **10%** (dez por cento) superior àquela;

7.6.2- Não havendo pelo menos **três** propostas nas condições definidas no item anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de **três**. No caso de empate das propostas, serão admitidas todas estas, independentemente do número de licitantes;

7.6.3- O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma verbal e sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e, os demais, em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de **sorteio** no caso de empate de preços;

a) O licitante sorteado em primeiro lugar escolherá a posição na ordenação de lances em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.

7.7- Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à **proposta de menor preço unitário do item**, observada a redução mínima de 1% (um por cento) do valor da menor proposta ofertada.

7.8- A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.

7.9- Se houver **empate**, será assegurado o **exercício do direito de preferência** às microempresas e empresas de pequeno porte, nos seguintes termos:

7.9.1 - Entende-se por **empate** aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até **5%** (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada;

7.9.2 - A microempresa ou empresa de pequeno porte cuja proposta for mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da fase de lances, situação em que sua proposta será declarada a melhor oferta;

a) Para tanto, será convocada para exercer seu direito de preferência nos termos da LC 123/2006 e apresentar nova proposta no prazo máximo de **5** (cinco) **minutos** após o encerramento dos lances, a contar da convocação do Pregoeiro, sob pena de preclusão;

b) Se houver equivalência dos valores das propostas apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 7.9.1, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá exercer a preferência e apresentar nova proposta;



Prefeitura Municipal de Cachoeira Paulista

b.1) Entende-se por equivalência dos valores das propostas as que apresentarem igual valor, respeitada a ordem de classificação.

7.9.3- O exercício do direito de preferência somente será aplicado quando a melhor oferta da fase de lances não tiver sido apresentada pela própria microempresa ou empresa de pequeno porte;

7.9.4- Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, retomar-se-ão, em sessão pública, os procedimentos relativos à licitação, nos termos do quanto disposto no art. 4º, inciso XXIII, da Lei 10.520/02, sendo assegurado o exercício do direito de preferência na hipótese de haver participação de demais microempresas e empresas de pequeno porte cujas propostas se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 7.9.1;

a) Na hipótese da não-contratação da microempresa e empresa de pequeno porte, e não configurada a hipótese prevista no subitem 7.9.4, será declarada a melhor oferta àquela proposta originalmente vencedora da fase de lances.

7.10- Após a fase de lances, serão **classificadas**, na ordem crescente dos valores, as propostas não selecionadas por conta da regra disposta no item 7.6.1, e aquelas selecionadas para a etapa de lances, considerando-se para estas, o último preço ofertado.

7.11- Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o licitante desistente às penalidades constantes deste Edital.

7.12- O Pregoeiro poderá **negociar** com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço.

7.13- Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.

7.14- Considerada aceitável a oferta de menor preço, no momento oportuno, a critério do Pregoeiro, será verificado o atendimento do licitante às condições habilitatórias estipuladas neste Edital.

7.15- Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos efetivamente entregues de habilitação, poderão ser sanadas na sessão pública de processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação, sendo vedada a apresentação de documentos novos.

7.16- A verificação será certificada pelo Pregoeiro, que anexará aos autos documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.

7.17- Esta Prefeitura Municipal não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, o licitante será **inabilitado**.

7.18- Constatado o atendimento pleno dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, o licitante será **habilitado** e **declarado vencedor**.

7.19- Se a oferta de menor preço não for aceitável, ou se o licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, podendo negociar com os respectivos autores, até a apuração de uma proposta que, verificada sua aceitabilidade e a habilitação do licitante, será declarada vencedora.

7.20- Da sessão será lavrada **ata** circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro e Equipe de apoio.

7.21- O Pregoeiro, na fase de julgamento, poderá promover quaisquer **diligências** julgadas necessárias à análise das propostas, da documentação, e declarações apresentadas, devendo os licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação.



8- DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

8.1- Até **dois dias úteis** da data fixada para o recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão. A petição será encaminhada ao(a) Pregoeiro(a) que decidirá no prazo de 01 (um) dia útil.

8.2- Eventual impugnação deverá ser dirigida ao(a) Pregoeiro e **protocolada** no setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Cachoeira Paulista, localizada na Av. Coronel Domiciano, nº 92, Centro, Cachoeira Paulista/SP.

8.2.1- Admite-se impugnação por intermédio de "e-mail" ficando a validade do procedimento condicionada à apresentação do original no prazo de **48 horas**;

8.2.2- Acolhida a petição contra o ato convocatório, em despacho fundamentado, será designada nova data para a realização deste certame.

8.3- A entrega da proposta, sem que tenha sido tempestivamente impugnado este Edital, implicará na plena aceitação, por parte das interessadas, das condições nele estabelecidas.

8.4- As dúvidas a serem equacionadas por telefone serão somente aquelas de caráter estritamente informal.

8.5- Dos atos do Pregoeiro cabe recurso, devendo haver manifestação verbal imediata na própria sessão pública, com o devido registro em ata da síntese da motivação da sua intenção, abrindo-se então o prazo de **três dias** que começará a correr a partir do dia em que houver expediente nesta Prefeitura Municipal para a apresentação das razões, por meio de memoriais, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões, em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

8.5.1- Na hipótese de interposição de recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente fundamentado à autoridade competente;

8.5.2- O recurso contra decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo e o seu acolhimento resultará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

8.5.3- As contrarrazões de recurso devem ser protocoladas no setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Cachoeira Paulista, localizada na Av. Coronel Domiciano, nº 92, Centro, Cachoeira Paulista/SP, CEP 12.630-000, dirigidos ao Prefeito Municipal.

8.6- A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor **recurso**, por parte da(s) proponente(s), importará na decadência do direito de recurso, competindo à **autoridade competente homologar** o certame e determinar a convocação dos beneficiários para a assinatura da Ata de Registro de Preços.

8.7- Existindo recurso(s) e constatada a regularidade dos atos praticados e **após a decisão do(s) mesmo(s)**, a **autoridade competente** deve praticar o **ato de homologação** do certame e determinar a convocação dos beneficiários para a **assinatura da Ata de Registro de Preços**.

9 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CONTRATAÇÕES

9.1 - A Ata de Registro de Preços será formalizada, com observância das disposições da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e no que couber será subscrita pela autoridade que assinou o edital.

9.2- A Ata de Registro de Preços deverá registrar o(s) preço(s) e o(s) fornecedor(es) do(s) produto(s), com observância da ordem de classificação, as quantidades e as condições que serão observadas nas futuras contratações.

9.2.1 - Ao preço do primeiro colocado serão registrados tantos fornecedores quantos concordarem.



Prefeitura Municipal de Cachoeira Paulista

9.3- A Ata de Registro de Preços deverá ser assinada pelos eventuais beneficiários no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, a partir da convocação. A proponente que deixar de fazê-lo no prazo estabelecido, dela será excluída, sem prejuízo da aplicação das sanções inscritas no artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

9.4- Colhidas às assinaturas, esta Prefeitura Municipal providenciará a imediata publicação da Ata.

9.5- O prazo de validade do Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contados a partir da data da publicação da respectiva Ata.

9.6- A existência de preços registrados não obriga esta Prefeitura Municipal a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições.

9.7- Assegurados o contraditório e a ampla defesa, o fornecedor do bem terá seu Registro de Preços cancelado quando:

9.7.1- Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

9.7.2- Recusar-se a celebrar o Ata ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido por esta Prefeitura Municipal, sem justificativa aceitável;

9.7.3- Não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àquele praticados no mercado;

9.7.4- For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;

9.7.5- For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

9.8- Independentemente das previsões retro indicadas, o fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu Registro de Preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

9.9- Os fornecedores incluídos na Ata de Registro de Preços estarão obrigados a fornecer, nas condições estabelecidas no ato convocatório, respectivos anexos e na própria ata.

10- DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

10.1. Os pedidos serão emitidos pela Secretaria Municipal de Saúde, contendo nome do paciente, assinatura do responsável requisitante e assinatura do paciente e/ou responsável, cabendo o pagamento somente pelos pedidos solicitados pela Secretaria de Saúde do Município e efetivamente realizados.

10.2 – A ordem de realização dos pedidos solicitados, será expedida após a assinatura da Ata de Registro de Preços e indicará: o nome da Empresa, o local de entrega ou da prestação de serviço, o item e a quantidade solicitada. A Detentora fica obrigada a fornecer ou prestar o serviço no prazo pactuado, sob pena de serem aplicadas as sanções previstas na Ata.

10.3 – A contratação com fornecedor/prestador de serviços registrado, após indicação pelo Órgão Gerenciador do Registro de Preços, será formalizada por intermédio de Ata de Registro de Preços, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de entrega/serviço ou outro similar, conforme disposto no artigo 62, da Lei 8666/93.

11- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 -As despesas decorrentes da contratação futura, estimado em R\$ 51.200,00 (cinquenta e um mil e duzentos reais), onerarão os seguintes recursos orçamentários e financeiros:



FICHA	ÓRGÃO	FONTE	ELEMENTO
53	04	05	3.3.90.39.00

12- FORMA DE PAGAMENTO

12.1 – O pagamento será efetuado em até 30 (TRINTA) dias a partir do recebimento do objeto/prestação dos serviços. Para entrega do objeto deverá ser emitida a Nota Fiscal Eletrônica (Portaria CAT nº 173/2009) devidamente atestada pelo setor de Saúde e efetuado o depósito em conta corrente indicada pela empresa contratada.

12.2. - Quando for constatada qualquer irregularidade na Nota Fiscal/Fatura, será imediatamente solicitado ao contratado, carta de correção, quando couber, ou ainda pertinente regularização, que deverá ser encaminhada a esta Prefeitura Municipal no prazo de **24** (vinte e quatro) **horas**;

12.2.1- Caso a contratada não apresente carta de correção no prazo estipulado, o prazo para pagamento será recontado, a partir da data da sua apresentação.

13- SANÇÕES

13.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o Ata, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para este certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da Ata, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará sujeito às sanções previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

13.2. O não cumprimento das obrigações assumidas na presente Ata ou a ocorrência da hipótese prevista no artigo 78, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02 autorizam, desde já, o CONTRATANTE a rescindir, unilateralmente, a Ata, independentemente de interpelação judicial, sendo aplicável, ainda, o disposto nos artigos 79 e 80 do mesmo diploma legal, no caso de inadimplência, e ainda, será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação.

13.2.1. Em caso de possível atraso na realização do serviço por fato superveniente a vontade da Contratada, esta deverá solicitar, por escrito, no prazo de 2 (dois) dias úteis antes da data final, contados do prazo estabelecido inicialmente, a prorrogação do prazo de entrega por igual período, ou seja, por no máximo mais 2 (dois) dias úteis. Caso a Contratada não cumpra o prazo inicial e nem o prazo prorrogado aceito pela Contratante, será aplicada a multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao dia, sobre o valor da contratação, por dia de atraso na entrega do objeto, até o 15º (décimo quinto) dia útil, quando será devida a multa pelos dias de atraso somada a sanção de rescisão unilateral e a multa prevista no item 13.2.

13.2.2. No caso da inexecução da prestação de serviços no dia e horários indicados na Ordem de Serviço, ou de sua execução de forma inadequada, será aplicada a multa prevista no item 13.2, sem prejuízo de rescisão unilateral da Ata e aplicação das sanções previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

14- DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1- As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os licitantes, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

14.2- A homologação do presente certame será divulgada no DOE.

14.3- Os demais atos pertinentes a esta licitação, passíveis de divulgação, serão publicados conforme dispõe a Lei Orgânica Municipal.



Prefeitura Municipal de Cachoeira Paulista

14.3.1. A Ata de Registro de Preços será publicada conforme dispõe a Lei Orgânica Municipal.

14.4- Após a publicação da Ata de Registro de Preços, os envelopes contendo os documentos de habilitação das demais licitantes ficarão à disposição para retirada, pelo prazo de cinco dias, findo o qual serão inutilizados.

14.5- Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Cachoeira Paulista - SP.

Cachoeira Paulista, 14 de outubro de 2021.

ANTÔNIO CARLOS MINEIRO
Prefeito Municipal



ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO (PRESENCIAL) nº 043/2021

Edital nº 047/2021

Processo Administrativo Municipal nº 208/2021

1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA SERVIÇOS DE EQUOTERAPIA PARA PACIENTES PORTADORES DO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA, DE FAIXA ETÁRIA ENTRE 03(TRÊS) A 07(SETE) ANOS PARA O MUNICÍPIO DE CACHOEIRA PAULISTA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA.

2. INTRODUÇÃO DO PROJETO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) corresponde a um desenvolvimento anormal da interação social e da comunicação, restringindo atividades interpessoais, abrangendo crianças e adolescentes na faixa etária dos três anos, pois é quando os sinais começam aparecer, até a idade adulta onde tendem a continuar, embora muitas vezes de forma mais moderada (SANTOS et al., 2015).

Esse transtorno é uma desordem que afeta a capacidade da pessoa em se comunicar, estabelecer relacionamentos e de responder apropriadamente ao ambiente que a rodeia. Suas principais características estão relacionadas a comportamentos repetitivos, dificuldades na fala, e na expressão de emoções, ausência de reciprocidade social ou emocional, e na incapacidade de desenvolver e manter vínculos de amizade (SANTOS, 2011).

É uma patologia que acomete mais meninos do que meninas, e suas manifestações vão variar de acordo com a idade cronológica de cada indivíduo, podendo ser classificada como uma síndrome que abarca subtipos variados, caracterizando-se, sobretudo, como um conjunto de sintomas iniciados na infância. Seu diagnóstico é clínico, sendo realizado por uma equipe multidisciplinar (CUNHA, 2009).

O Autismo é uma doença que afeta o desenvolvimento neuropsicomotor de crianças, e nos últimos anos o número de pessoas com TEA tem crescido em cerca de dois milhões no Brasil (OLIVEIRA, 2016). A Equoterapia é um dos tratamentos muito utilizados na atualidade, devido aos estímulos produzidos pelos movimentos do cavalo, pois sua marcha é bem semelhante ao do ser humano.

A Equoterapia é um método terapêutico e educacional que utiliza o cavalo dentro de uma abordagem interdisciplinar nas áreas de saúde, educação e equitação, buscando o desenvolvimento biopsicossocial de pessoas com deficiência e/ou com necessidades especiais (ANDE, 1999).

É na relação com o cavalo, portanto, que o indivíduo em tratamento encontra subsídios para uma reeducação, reabilitação e finalmente um novo tipo de educação, além do favorecimento de uma intenção afetiva (LALLERY, 1996).

Em termos fisiológicos, a capacidade terapêutica na utilização de cavalos acontece pelo sequenciamento do passo do animal através dos movimentos tridimensionais que geram estímulos como o da marcha humana, os quais são constantes e rítmicos. O cavalo também é utilizado como instrumento de desenvolvimento e aprendizado em pessoas que necessitam de educação especial e se torna uma importante ferramenta nessas dificuldades. O grau de aprendizagem é aprimorado através da relação entre cavalo, praticante e terapeutas.



3. OBJETIVOS

Agregar a equoterapia no tratamento de crianças portadoras de transtorno do espectro autista em Cachoeira Paulista.

Proporcionar para as crianças com necessidades especiais o desenvolvimento de suas potencialidades, respeitando seus limites, auxiliando a terapia tradicional.

Promover a inclusão social, formação da cidadania.

Contribuir para a reabilitação e qualidade de vida das crianças atendidas, otimizando a autonomia das mesmas.

4. METODOLOGIA

O procedimento para que o praticante ingresse no projeto é uma avaliação de seu estado carencial, através de uma entrevista socioeconômica (visita social). Após essa primeira etapa, é essencial que os pais ou responsáveis apresentem um laudo médico, declarando que o praticante está apto para realizar a equoterapia.

O atendimento equoterápico só poderá ser iniciado mediante parecer favorável em avaliação médica, psicológica e fisioterápica. Após o praticante ser avaliado será estabelecido um plano de trabalho terapêutico de acordo com as necessidades e potencialidades dos praticantes.

As sessões poderão ocorrer uma vez por semana, com duração de 30 a 60 minutos para cada praticante.

5. PÚBLICO ALVO

Crianças de 03 a 07 anos de idade, portadoras do Transtorno do Espectro Autista, residentes em Cachoeira Paulista.

6. LOCAL

O local deve ser seguro, dispor de instalações físicas e equipamentos adequados, tranquilo, sem barulho, de fácil acesso aos praticantes. A técnica é realizada ao ar livre, uma característica positiva e diferenciada em que o praticante fica ligado à natureza, proporcionando a execução de exercícios psicomotores, de recuperação e integração, diferenciando-se das terapias tradicionais em clínicas e consultórios (SOUZA et al., 2015).

7. EQUIPE DE EQUOTERAPIA

Essa técnica deve ser realizada por uma equipe multidisciplinar, que pode ser composta por fonoaudiólogo, psicólogo, terapeuta ocupacional, médico, fisioterapeuta, educador físico, pedagogo e/ou psicopedagogo e profissionais da área de equitação, como tratador, auxiliar guia, instrutor de equitação e veterinário. A mesma permite que os profissionais atuem em múltiplos sistemas do corpo, oferecendo uma oportunidade ímpar aos portadores de necessidades especiais, tornando-os menos dependentes, trazendo vários benefícios.

8. CONTRA-INDICAÇÕES

8.1 Relativas:

- Alergia ao pelo do cavalo por haver intolerância pela rinite;



- Hiperlordose, na qual mesmo com uso de coxins de adaptação não se consegue o alinhamento pélvico;
- Subluxação de quadril, por apresentar dor e/ ou dificuldade na postura;
- Hipertensão, quando esta não estiver controlada;
- Medo excessivo do animal;
- Atividade reflexa intensa, dificultando o posicionamento correto sobre o animal.

8.2 Absolutas:

- Escoliose estrutural acima de 40 graus;
- Osteoporose, pelo risco de micro fraturas;
- Osteogênese imperfeita, pelo mesmo motivo da osteoporose;
- Hemofilia, pelos micros traumas vasculares;
- Doença de Schuerman, pela deformidade vertebral;
- Cardiopatia grave.

9. CONCLUSÃO

O autismo não tem cura, porém são utilizados diferentes métodos e procedimentos de intervenção terapêutica com a intenção de reverter, em parte, as alterações dos quadros, pois nem todos os autistas são iguais e nem todos tem as mesmas características, uns podem ser mais atentos, uns mais intelectuais, outros mais sociáveis e assim por diante. O que vai diferenciar um do outro é o grau que cada um apresenta (ONZI et al., 2015).

A equoterapia é um recurso eficaz para os indivíduos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), já que sobre o equino o Autista manifesta-se emocionalmente através do toque e da expressão facial, obtendo-se resultados positivos nas diversas áreas acometidas por essa patologia, como mobilidade, motricidade, comunicação, autoestima, independência, linguagem, interação social, entre outras.

10. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA DO PROJETO

Anexo VII

11. DESCRIÇÃO:

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO
1	480	SESSÃO	SERVIÇOS DE EQUOTERAPIA PARA PORTADORES DO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA FAIXA ETÁRIA DE 03 A 07 ANOS.

11.1 Cada sessão terá duração de 1 hora distribuídas da seguinte forma:

11.1.1 – Serão atendidos no total 10 pacientes, na faixa etária entre 03 a 07 anos.

11.1.2 – Serão realizadas 40 sessões por mês, sendo 4 sessões para cada paciente.

11.1.3 – As sessões serão realizadas pelo período de 12 meses, totalizando 480 sessões.

12. ESTIMATIVA DE DESPESA

12.1 Com base em informações obtidas para a média do preço dos serviços praticados e nos orçamentos de empresas do ramo, verificou-se que o valor total estimado dos serviços, objeto do presente Edital é de: R\$ 51.200,00 (cinquenta e um mil e duzentos reais).

13. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. A referida Ata terá como vigência o prazo de 12 (doze) meses.



Prefeitura Municipal de Cachoeira Paulista

14. DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Não serão aceitas propostas que apresentem preço global ou unitário simbólicos, irrisórios ou de valor zerado, incompatíveis com os preços praticados pelo mercado.

14.2. A Prefeitura de Cachoeira Paulista não tem a obrigação de contratar o serviço publicado, e podendo optar também, na contratação parcial destes.

14.3. As propostas terão validade de no mínimo 60 (sessenta) dias, após a apresentação da mesma.

Cachoeira Paulista, 14 de outubro de 2021.

Paola Danze Guimarães Leonor

Coordenadora NASF



Prefeitura Municipal de Cachoeira Paulista

ANEXO II - MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA PAULISTA**, Estado de São Paulo, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 45.192.275/0001-02, com sede na Av. Coronel Domiciano, nº 92, Centro, Cachoeira Paulista/SP, CEP 12.630-000, devidamente representada por seu Prefeito Municipal ANTÔNIO CARLOS MINEIRO, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 14.246.848-4 inscrito sob o CPF nº 043.334.398-25 doravante designada **PREFEITURA**, e a(s) empresa(s) abaixo relacionada(s), representada(s) na forma de seu(s) estatuto(s) social(is), em ordem de preferência por classificação, doravante denominada(s) **DETENTORA(S)**, resolvem firmar o presente ajuste para Registro de Preços, nos termos das Leis 8.666/1993 e 10.520/2002, bem como do edital de Pregão nos autos do processo em epígrafe, mediante condições e cláusulas a seguir estabelecidas.

DETENTORA (S):

DETENTORA 1

Denominação:

Endereço:

CNPJ:

Representante Legal:

CPF:

Tel.:

Fax.:

E-mail:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA SERVIÇOS DE EQUOTERAPIA PARA PACIENTES PORTADORES DO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA, DE FAIXA ETÁRIA ENTRE 03(TRÊS) A 07(SETE) ANOS PARA O MUNICÍPIO DE CACHOEIRA PAULISTA, CONFORME ESPEIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA.

2- Características:

Item	Descrição	Quant	Unid.	Marca	Unit	Total
1						
2						

...

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE ENTREGA

2.1. Entregas parceladas conforme setor solicitante.

2.2 – A ordem de realização dos serviços será expedida após a assinatura da Ata de Registro de Preços indicará: os nomes da Empresa, o local de entrega ou da prestação de serviço, o item e a quantidade solicitada. A Contratada fica obrigada a fornecer ou prestar o serviço no prazo pactuado, sob pena de serem aplicadas as sanções previstas na Ata.

2.2.1- A ordem de realização dos serviços será enviada ao fornecedor por meio de fax e/ou e-mail informados na proposta comercial da Empresa; será ônus da empresa vencedora comunicar eventual alteração do fax e do e-mail informados em sua proposta comercial.



2.2.2- O fornecedor/prestador de serviço que, convocado, recusar-se injustificadamente em confirmar o recebimento da ordem de entrega/serviço no prazo de **01 (um) dia útil após o recebimento**, poderá sofrer as sanções previstas pela inexecução do ajuste.

2.2.3- As sessões serão realizadas em local próprio da empresa vencedora. Todos os materiais e insumos para realização das sessões serão fornecidos pela empresa vencedora.

2.2.4- A empresa deve comunicar o horário da sessão com 24 horas de antecedência.

2.3 – A contratação com fornecedor/prestador de serviços registrado, após indicação pelo Órgão Gerenciador do Registro de Preços, será formalizada por intermédio de Ata de Registro de Preços, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de entrega/serviço ou outro similar, conforme disposto no artigo 62, da Lei 8666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA

3.1 – O prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços é de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua publicação.

CLÁUSULA QUARTA – PAGAMENTO

4.1 –O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias a partir do recebimento do objeto/prestação dos serviços. Para entrega do objeto deverá ser emitida a Nota Fiscal Eletrônica (Portaria CAT nº 173/2009) devidamente atestada pelo setor de Compras de por meio de cheque nominal ou em conta corrente indicada pela empresa contratada.

4.2. - Quando for constatada qualquer irregularidade na Nota Fiscal/Fatura, será imediatamente solicitado ao contratado, carta de correção, quando couber, ou ainda pertinente regularização, que deverá ser encaminhada ao setor requisitante no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**;

4.2.1- Caso a contratada não apresente carta de correção no prazo estipulado, o prazo para pagamento será recontado, a partir da data da sua apresentação.

CLÁUSULA QUINTA – OBRIGAÇÕES DA(S) DETENTORA(S)

5.1- Fornecer ou executar, nas condições previstas no Edital do Pregão nº. ___/21 e nesta Ata, os produtos e serviços objeto deste ajuste.

5.2- Substituir, no local de entrega e no prazo ajustado, após notificação, o(s) produto(s) recusado.

5.3- Manter durante toda a vigência deste Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA

6.1- Cumprir o prazo fixado para realização do pagamento.

6.2- Indicar o funcionário responsável pelo acompanhamento deste Registro de Preços.

6.3- Permitir acesso dos funcionários da DETENTORA ao local determinado para entrega/execução dos serviços.

6.4- Comunicar à DETENTORA sobre qualquer irregularidade no fornecimento do produto/execução do serviço.

CLÁUSULA SÉTIMA – SANÇÕES

7.1. O não cumprimento das obrigações assumidas na presente Ata ou a ocorrência da hipótese prevista no artigo 78, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02 autorizam, desde já, o CONTRATANTE a rescindir, unilateralmente, esta Ata, independentemente de interpelação judicial, sendo aplicável, ainda, o disposto nos artigos 79 e 80 do



Prefeitura Municipal de Cachoeira Paulista

mesmo diploma legal, no caso de inadimplência, e ainda, será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação.

7.1.2. Em caso de possível atraso na entrega do objeto por fato superveniente a vontade da Contratada, esta deverá solicitar, por escrito, no prazo de 2 (dois) dias úteis antes da data final, contados do prazo estabelecido inicialmente, a prorrogação do prazo de entrega por igual período, ou seja, por no máximo mais 3 dias úteis. Caso a Contratada não cumpra o prazo inicial e nem o prazo prorrogado aceite pela Contratante, ser-lhe-á aplicada a multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao dia, sobre o valor da contratação, por dia de atraso na entrega do objeto, até o 15º (décimo quinto) dia útil, quando será devida a multa pelos dias de atraso somada a sanção de rescisão unilateral e a multa prevista no item 7.2.

7.1.3. No caso da inexecução da prestação de serviços no dia e horários indicados na Ordem de Serviço, ou de sua execução de forma inadequada, será aplicada a multa prevista no item 7.2, sem prejuízo de rescisão unilateral da Ata e aplicação das sanções previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

CLÁUSULA OITAVA – DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1- Considera-se parte integrante deste ajuste, como se nele estivessem transcritos, o Edital do Pregão nº. ___/2021 com seus Anexos e a(s) proposta(s) da(s) DETENTORA(S);

8.2- A existência de preços registrados não obriga a PREFEITURA a firmar as contratações que deles poderão advir.

CLÁUSULA NONA – FORO

9.1- O foro competente para toda e qualquer ação decorrente da presente Ata de Registro de Preços é o Foro da Comarca de Cachoeira Paulista - SP.

9.2- Nada mais havendo a ser declarado, foi dada por encerrada a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelas partes.

Cachoeira Paulista, de de 2021.

Prefeitura Municipal de Cachoeira Paulista – SP
ANTÔNIO CARLOS MINEIRO
Prefeito Municipal

DETENTORA:

Empresa:

Representante Legal:

Testemunhas:

Nome: _____

Nome: _____

Assinatura: _____

Assinatura: _____

RG: _____

RG: _____



ANEXO III

DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

Eu _____(nome completo), RG nº _____, representante legal da _____(denominação da pessoa jurídica), CNPJ nº _____, DECLARO, sob as penas da lei, que a empresa cumpre plenamente as exigências e os requisitos de habilitação previstos no instrumento convocatório do Pregão nº ____/2021, realizado pela Prefeitura Municipal de Cachoeira Paulista, inexistindo qualquer fato impeditivo de sua participação neste certame.

Data e assinatura do representante legal



ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

DECLARO, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que a empresa _____(denominação da pessoa jurídica), CNPJ nº _____ é **microempresa ou empresa de pequeno porte**, nos termos do enquadramento previsto na **Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006**, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate no procedimento licitatório do Pregão nº ____/2021, realizado pela Prefeitura Municipal de Cachoeira Paulista.

Data e assinatura do representante legal



Prefeitura Municipal de Cachoeira Paulista

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO REGULAR PERANTE O MINISTÉRIO DO TRABALHO

Eu _____(nome completo), representante legal da empresa _____(denominação da pessoa jurídica), interessada em participar do Pregão Presencial nº ____/2021, da Prefeitura Municipal de Cachoeira Paulista, declaro, sob as penas da lei, que a _____(denominação da pessoa jurídica) encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

Data e assinatura do representante legal



Prefeitura Municipal de Cachoeira Paulista

ANEXO VI MODELO PROPOSTA COMERCIAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº. ____/2021 PROCESSO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL Nº ____/2021

DADOS DA EMPRESA LICITANTE:

Razão social: _____ CNPJ nº.: _____

Banco: _____ Agência nº.: _____ Conta nº.: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____ Fax: _____

E-mail: _____

Item	Descrição	Quant	Unid	Marca	Unit	Total
1						
2						
Valor Total						

Validade da proposta (não inferior a 60 dias): _____

Prazo de entrega: conforme edital

DECLARAÇÕES:

1 - Declaro que os preços cotados não sofrerão qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária, e já estão incluindo, além do lucro, todas as despesas resultantes de encargos, impostos, taxas, tributos, frete e demais despesas diretas ou indiretas relacionadas com o integral fornecimento do objeto do Pregão ____/2021;

2 - Declaro que aceito todas as exigências do **Edital** ____/2021 e de seus Anexos.

Local, data.

Representante Legal

RG N.º
CPF N.º

CARIMBO EMPRESA



ANEXO VIII

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DO PROJETO

- ANDE-BRASIL. Princípios e Fundamentos da Equoterapia. **Revista Nacional de Equoterapia**. Brasília, v. 15, nº 20, p. 363-372, junho, 2012.
- ANDRADE, A. A; TEODORO, M. L. M. Família e Autismo: uma revisão da literatura. **Revista Contextos Clínicos**. São Leopoldo, v. 5, nº 2, p. 133-142, dezembro, 2012.
- ANDRADE, G. P. S; CUNHA, M. M. A importância da Equoterapia como instrumento de apoio no processo de ensino e aprendizagem de crianças atendidas nesta modalidade terapêutica. **Revista Eventos Pedagógicos**, v. 5, nº 2, p. 132-142, jun/jul, 2014.
- ARAÚJO, C. A; SCHWARTZMAN, J. S. **Transtorno do espectro do autismo**. São Paulo, 2011.
- BENDER, D. D; GUARANY, N. R. Efeito da equoterapia no desempenho funcional de crianças e adolescentes com autismo. **Revista Terapia Ocupacional**, São Paulo, v.27, nº 3, p. 271-277, set/dez, 2016.
- BOSA, C. A; SEMENSATO, M. R. **A família de crianças com autismo: contribuições clínicas e empíricas**, 2. ed. Campinas, Papirus, p. 02- 50, 2013.
- BUENO, R. K; MONTEIRO, M. A. Prática do Psicólogo no contexto interdisciplinar da Equoterapia. **Revista Eletrônica de Extensão e Vivências**, v. 7, nº 13, p. 172-178, 2011.
- CAZARIM, S. Preparação do cavalo para a Equoterapia. **Revista Brasileira de Equoterapia**. Brasília, v. 21, nº 22, p. 11-17, dezembro, 2010.
- CUNHA, E. **Autismo e inclusão: psicopedagogia práticas educativas na escola e na família**. Rio de Janeiro, 135 p, 2009.
- DIAS, E; MEDEIROS, M. **Equoterapia: noções elementares e aspectos neurocientíficos**. Rio de Janeiro, 2008.
- ECKERT, D. **Equoterapia como recurso terapêutico: análise eletromiográfica dos músculos reto do abdômen e paravertebral durante a montaria**. 57f. Dissertação de Mestrado. Centro Universitário Univates, Lajeado, 2013.
- ESPINDULA, A. P; SIMÕES, M; ASSIS, I. S. A; FERNANDES, M; FERREIRA, A. A. Avaliação muscular eletromiográfica em pacientes submetidos à Equoterapia. **Revista Neurociência**, v. 23, nº 2, p. 668-676, 2008.
- FELIPE, R. V. P; LEITE, W. S; SOUZA, R. L; SILVA, E. M; MAIA, M. T. **Equoterapia como método coadjuvante na facilitação escolar em Autistas: relato de caso**. João Pessoa, 2014.
- FERLINE, G. M. S; CAVALARI, N. Os benefícios da Equoterapia no desenvolvimento da criança com deficiência física. **Caderno Multidisciplinar**. Pitanga, v. 1, nº 4, p. 1-14, abril, 2010.
- FERRARI, J. P. **A prática do psicólogo na Equoterapia**. São Paulo, 2009.



- FONSECA, V. R. O tratamento dos transtornos autísticos. **Revista Psique Ciência e Vida**, v. 7, nº 98, 2014.
- FREIRE, G. C; FRANCISCO, P. L; COSTA, R. R; SOUZA, R. A. **Benefícios sensoriais e motores em praticantes de Equoterapia**. São Paulo, 2007.
- GERHARD. F. **Técnicas de pesquisa**. Rio de Janeiro, Moderna, 295p, 2009.
- GIL, A. C. **Como elaborar projeto de pesquisa**. São Paulo, Atlas, 176p, 2008.
- HOLANDA, R. L; LIMA, F. S. P; LOBO, L. B. C; NUNES, T. T. V. Equoterapia e cognição em pacientes Autistas: um estudo de caso. **Revista Expressão Católica**, Fortaleza, v. 2, nº 2, p.83-96, jul/dez, 2013.
- LEBOYER, M. **Autismo infantil: fatos e modelos**, 6.ed, Campinas, Papyrus, p. 83- 94, 2007.
- LIPORONI, G. F; OLIVEIRA, A. P. R. Equoterapia como tratamento alternativo para pacientes com sequelas neurológicas. **Revista Científica da Universidade de Franca**. São Paulo, v. 5, nº 1, p. 21-29, jan/dez, 2010.
- MACHADO, T. L. Dançaterapia no Autismo: um estudo de caso. **Revista Fisioterapia e Pesquisa**, Aracaju, v. 22, nº 2, p. 205-211, março, 2015.
- MACIEL, M. M; FILHO, A. P. G. **Autismo: uma abordagem tamanho família**. Salvador, p. 224-235, 2009.
- MARCONSONI, E; FAGANELLO, K. C; BIASOLI, T. C. F; MARTINAZZO, V; CARLI, V. M; AMER, S. A. Equoterapia: seus benefícios terapêuticos motores na Paralisia Cerebral. **Revista Caçador**, v.1, nº 2, p. 78-90, 2012.
- MARINHO, E. A. R; MERKLE, V. L. B. **Um olhar sobre o Autismo e sua especificação**. Rio de Janeiro, outubro, 2009.
- MATSUKURA, T. S; SORAGNI, M. Terapia Ocupacional e Autismo Infantil: identificando práticas de intervenção e pesquisas. **Revista Baiana de Terapia Ocupacional**, v. 2, nº 1, p. 29 - 40, maio, 2013.
- MELLO, A. M. S. R. **Autismo: guia prático**, 6. ed. São Paulo, Corde, 114 p, 2007.
- MOTTI, G. S. **A prática da Equoterapia como tratamento para pessoas com ansiedade**. 97f. Dissertação de Mestrado, Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2007.
- NEWTON, P. **Equoterapia melhora a qualidade de vida de pessoas com deficiência**. Minas Gerais, 2011.
- OLIVEIRA, H. Q; FUMES. N. L. F; MOURA, V. A .D. **Relato de experiência: as intervenções terapêuticas da Equoterapia em pessoas com deficiência**. Alagoas, 2015.
- OLIVEIRA, C. **Um retrato do autismo no Brasil**. São Paulo, julho, 2016.
- ONZI, F. Z; GOMES, R. F. Transtorno do Espectro Autista: a importância do diagnóstico e reabilitação. **Caderno Pedagógico**. Lajeado, v. 12, nº 3, p. 188- 199, 2015.



POUSA, D. Equoterapia: a reabilitação por meio do cavalo. **Revista Trilha**. Rio de Janeiro, v. 5, nº 7, p. 10- 19, 2010.

PRESTES, D.B; TONUS, D. Terapia ocupacional em Equoterapia: uma proposta de disciplina para o curso de Terapia Ocupacional do Centro Universitário Franciscano- UNIFRA. **Caderno de Terapia Ocupacional**. São Carlos, v. 18, nº 3, p. 288- 300, 2010.

RAMOS, R. M. **A Equoterapia e o Brincar: relações transferenciais na Equoterapia e o Cavalo como objeto transicional**. 84f. Dissertação de Pós Graduação, Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2007.

REGO, B. S. Terapia assistida por animais. **Revista Eletrônica**. Campo Grande, v. 21, nº 15, 2010.

RIBEIRO, C. T. M; RIBEIRO, M. G; ARAÚJO, M. N. T; NEVES, M. A. O. Perfil do atendimento fisioterapêutico na Síndrome da Down em algumas instituições do município do Rio de Janeiro. **Revista Neurociência**, v. 15, nº 2, p. 114- 119, abril, 2007.

SANINI, C; BRUM, E. H. M; BOSA, C. A. Depressão materna e implicações sobre o desenvolvimento infantil do Autista. **Rev. Bras. Cresc. e Desenv. Humano**, v. 20, nº 3, p. 809- 815, 2010.

SANTOS, J. I. F. **Educação especial: inclusão escolar da criança autista**. São Paulo, 2011.

SANTOS, F. H; GRILLO, M. A; Transtorno do Espectro Autista- TEA. **Colloquium Humanarum**. Presidente Prudente, v. 12, nº 3, p. 30- 38, jul/set, 2015.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo, Cortez, 2007.

SILVA, J. P; AGUIAR, O. X. Equoterapia em crianças com necessidades especiais. **Revista Científica Eletrônica de Psicologia**, v. 6, nº 11, novembro, 2008.

SILVEIRA, M. M; WIBELINGER. Reeducação da Postura com Equoterapia. **Revista Neurociência**, v. 19, nº 3, p. 519- 524, julho, 2010.

SOUZA, J. C. Equoterapia: tratamento especializado para pacientes com lesão medular. **Revista Inspirar**, v.1, n.3, p. 11-15, 2009.

SOUZA, M. B; SILVA, P. L. N. Equoterapia no tratamento do Transtorno do Espectro Autista: a percepção dos técnicos. **Revista Ciência e Conhecimento**. São Jerônimo, v. 9, nº 1, p. 4-22, fevereiro, 2015.

STROCHEIN, J. R; RODRIGUES, F. C. P. A percepção dos familiares e da equipe sobre o atendimento as crianças com necessidades especiais em um centro de Equoterapia. **Revista Eletrônica de Extensão e Vivência**, v. 12, nº 23, p. 16-32, outubro, 2016.

TEIXEIRA, E. V; SASSÁ, P; SILVA, D. M. Equoterapia como recurso terapêutico na espasticidade de membros inferiores em crianças com Paralisia Cerebral Diplérgica. **Revista Conexão Eletrônica**. Três Lagoas, v.13, nº 1, 2016.

UNTOIGLICH, G. As oportunidades clínicas com crianças com sinais de Autismo e seus pais. **Revista Estilos**, São Paulo, v. 18, nº 3, p. 543- 558, set/dez, 2013.



Prefeitura Municipal de Cachoeira Paulista

VOGEL, A; LYRA, J. ***Equoterapia: repercussões motoras e no cotidiano da criança com encefalopatia crônica não progressiva da infância.*** 50f. Monografia, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2007.

WHITMAN, T. **O desenvolvimento do autismo.** São Paulo, 2015.

WICKERT, H. **O Cavalo Como Instrumento Cinesioterapêutico.** Brasília, 2015.